

ASSESSORIA JURÍDICA

Convenção Coletiva de reajuste salarial e condições de trabalho que celebram, entre si, o Sindicato dos **Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Goiás - SINAAE/GO**, e o Sindicato dos **Estabelecimentos de Ensino no Estado de Goiás - SINEPE/GO**.

DA APLICAÇÃO

CLÁUSULA I - Aplica-se a presente aos Auxiliares de Administração Escolar, assim compreendidos todos aqueles que prestam serviços ou desempenham funções que não as de ministrar aulas, inclusive os Coordenadores, Orientadores e Supervisores, em Estabelecimentos de Ensino, sediados na base territorial do Sindicato laboral (Estado de Goiás) exceto a região de Anápolis.

Parágrafo único - Compreende-se por estabelecimento de ensino: Educação infantil, ensino fundamental, médio, superior, regular e educação para jovens e adultos (supletivo).

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA II - O presente instrumento normativo tem vigência por 12 (doze) meses, entrando em vigor a partir de 1º de maio de 2003 e terminando em 30 de abril do ano de 2004.

Parágrafo Único - A Data-Base da Categoria, continua fixada em 1º de maio.

DO REAJUSTAMENTO SALARIAL

CLÁUSULA III - A partir de 01.05.2003 fica concedido reajuste salarial a todos os auxiliares de administração escolar no percentual de 12% (doze por cento), parcelado da seguinte forma: 6% (seis por cento) a partir de 01.05.03, calculado sobre o salário praticado em 30.04.03 e 6% (seis por cento) a partir de 01.08.2003, calculado sobre o salário em 30.04.03, não cumulativamente.

Parágrafo primeiro: O auxiliar de administração escolar demitido sem justa causa antes de agosto/03 terá direito ao reajuste salarial ora acordado que incidirá sobre as verbas rescisórias.

Parágrafo segundo: Os índices ora ajustados não se aplicam aos auxiliares que tiveram reajuste salarial de acordo com salário mínimo.

DO AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA IV - Aviso prévio do empregado proporcional ao tempo de serviço, até um ano de trabalho no mesmo Estabelecimento de ensino, 30 (trinta) dias; acima de um ano até fração igual ou superior a 6 (seis) meses, 5 (cinco) dias por ano trabalhado, limitado ao máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

ASSESSORIA JURÍDICA**DAS HORAS EXTRAS**

CLÁUSULA V - Fica assegurado ao Auxiliar de Administração Escolar o pagamento das horas-extras com adicional de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo primeiro - Não pode o estabelecimento de ensino aumentar proporcionalmente a jornada diária de trabalho para a compensação de folga concedida ao auxiliar de administração escolar no sábado se no estabelecimento de ensino não houver aulas regulares ao sábado.

Parágrafo segundo - Caso haja necessidade de convocar o auxiliar administrativo para laborar aos sábados nos estabelecimentos de ensino que não ministrem aulas neste dia, o auxiliar fica obrigado a trabalhar sem que importe em horas extras, desde que respeitada as 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais.

DO TRABALHO NOTURNO

CLÁUSULA VI - O trabalho noturno, assim entendido o realizado a partir das 22:00 horas até às 05:00 horas, será remunerada com acréscimo de 20% (vinte por cento).

DA BOLSA DE ESTUDO

CLÁUSULA VII - Os estabelecimentos de ensino estão obrigados a conceder descontos parciais nas parcelas da anuidade escolar ao auxiliar de administração escolar e/ou a dependentes, limitado a 2 (duas), nas seguintes condições:

- a) - desconto de 25% (vinte e cinco por cento) para o auxiliar e ou dependentes que tiver até um ano de labor no estabelecimento de ensino;
- b) - desconto de 35% (trinta e cinco por cento) para o auxiliar e ou dependentes que tiver de um ano e um dia de labor até dois anos de labor no estabelecimento de ensino;
- c) - desconto de 50% (cinquenta por cento) para o auxiliar e ou dependentes que tiver trabalhando a mais de dois anos e um dia no estabelecimento de ensino;

Parágrafo primeiro: Os descontos totais ou parciais nas parcelas da anuidade escolar aos auxiliares de administração escolar e/ou a seus dependentes, não se constituirá em salário indireto.

Parágrafo segundo: A presente cláusula terá vigência até 31.12.03, sendo que a concessão poderá ser estendida até o final de vigência do presente instrumento normativo mediante Termo Aditivo ou liberalidade do estabelecimento de ensino.

DO LANCHE

CLÁUSULA VIII - O Estabelecimento de Ensino se compromete a fornecer a cada período de 4 (quatro) horas de trabalho, em local apropriado, pão, leite e café ou chá ou suco, para o Auxiliar de Administração Escolar em serviço.

ASSESSORIA JURÍDICA**DO ACESSO LIVRE ÀS ESCOLAS**

CLÁUSULA IX - Acesso livre de diretores do Sindicato nos estabelecimentos de Ensino, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, podendo, inclusive, afixar comunicações em locais de fácil visibilidade e acesso, a ser determinado pelo estabelecimento de ensino, vedada a publicidade de matéria político-partidária ou ofensiva de acordo com os Dissídios da Categoria.

DA REMESSA DE DOCUMENTOS

CLÁUSULA X - Até 30 (trinta) dias após a celebração deste instrumento normativo ficam obrigados os Estabelecimentos de Ensino abrangidos por este, a remeterem ao SINAAE/GO, cópias dos seguintes documentos: da RAIS e do recolhimento da contribuição sindical relativas aos Auxiliares de Administração Escolar.

DA TAXA ASSISTENCIAL SINAAE/GO

CLÁUSULA XI - Os Estabelecimentos de Ensino deverão descontar do salário de cada Auxiliar de Administração Escolar, sindicalizado ou não, o equivalente a 4% (quatro por cento), sendo 2% (dois por cento) sobre o salário de maio/2003, já devidamente corrigido e reajustado de acordo com a cláusula terceira e 2% (dois por cento) sobre o salário de agosto/2003, também devidamente corrigido e reajustado de acordo com a Cláusula Terceira, a ser recolhido ao SINAAE/GO ou depositado na conta-corrente 078.889-9, Caixa Econômica Federal - Agência Anhangüera, dentro de 10 (dez) dias dos respectivos descontos. O não cumprimento da obrigação sujeitará a empresa ao pagamento do valor às suas expensas, além de multa de 2%, sobre o valor original e atualização monetária.

Parágrafo único - As divergências oriundas do desconto mencionado no "caput" somente serão resolvidas entre o Auxiliar de Administração Escolar e a entidade representativa do mesmo, - SINAAE-GO.

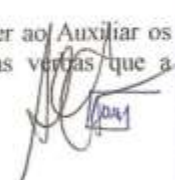
DA TAXA ASSISTENCIAL DO SINEPE/GO

CLÁUSULA XII - Os Estabelecimentos de Ensino, abrangidos por este Instrumento Normativo, obrigam-se a recolher ao SINEPE-GO, às suas expensas até o dia 10.06.03 o percentual equivalente a 3% (três inteiros por cento) da folha de pagamento do mês de maio de 2003, já com o salário reajustado.

Parágrafo único - O Recolhimento, de que trata o *caput* da cláusula, deverá ser efetuado diretamente à tesouraria do SINEPE, ou por meio de depósito bancário a ser efetuado na conta de poupança de nº 636192-7, da Caixa Econômica Federal, Agência 2234, op.003.

DOS CONTRA-CHEQUES

CLÁUSULA XIII - O Estabelecimento de Ensino será obrigado a fornecer ao Auxiliar os elementos informativos da remuneração mensal com a especificação das verbas que a compõe, bem como os descontos legais e autorizados.



ASSESSORIA JURÍDICA**DO USO DE UNIFORMES**

CLÁUSULA XIV - Quando o empregador exigir o uso de uniforme, deve fornecê-lo gratuitamente ao Auxiliar de Administração Escolar.

DAS FÉRIAS

CLÁUSULA XV - O início das férias não poderá coincidir com sábado ou feriado.

DAS FALTAS ABONADAS

CLÁUSULA XVI - Fica assegurado ao Auxiliar de Administração Escolar o direito ao abono de 01 (uma) falta por semestre, para acompanhar filhos menores de 06 (seis) anos em atendimento médico, mediante a apresentação de atestado médico, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

DA HOMOLOGAÇÃO

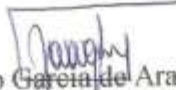
CLÁUSULA XVII - Homologação de rescisão de contrato com mais de 12 (doze) meses de duração obrigatoriamente deverá ser realizada no SINAAE/GO.

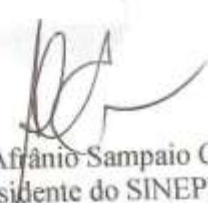
DAS PENALIDADES

CLÁUSULA XVIII - Fica estabelecida multa de 2% (dois por cento) do salário normativo, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo, a ser revertida em favor do Auxiliar prejudicado.

Assim, por estarem justas e acordadas, assinam as partes a presente Convenção Coletiva de Trabalho e reajustamento salarial, em 3 (três) vias de igual teor e forma, sendo que será efetuado o depósito na Delegacia Regional do Trabalho para o competente arquivo.

Goiânia-GO., 30 de abril de 2003.


João Garcia de Araújo
Presidente do SINAAE-GO


Agenor Afrânio Sampaio Cançado
Presidente do SINEPE-GO.